

## **II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho** *Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004*



### **GT História do Jornalismo**

Coordenação: Prof. Dra. Marialva Barbosa (UFF)

## Como escrever uma história da imprensa?

Marialva Barbosa (Professora Titular da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma Universidade)

**Resumo:** O texto procura discutir os parâmetros teóricos e metodológicos indispensáveis para a construção histórica, seja qual for o objeto tomado como fonte empírica. Entretanto, no que diz respeito à história da imprensa em especial, é necessário perceber não apenas de maneira linear e orientada os diversos “ciclos” por que passaram os periódicos num dado espaço social, mas sobretudo visualizar um complexo sistema de relações que envolvem o aparecimento e desaparecimento das publicações. É preciso perceber a história do jornalismo como uma história dos sistemas de comunicação, considerando um circuito que vai do produto ao leitor, passando pelas formas de apropriação das mensagens.

Ao se falar a palavra história imediatamente vem a mente da maioria das pessoas uma sucessão de fatos e datas que marcam uma determinada mudança. Nessa dada concepção de história, baseada no senso comum, está presente uma filiação que pensa os movimentos da história a partir de uma perspectiva que coloca sob foco central os personagens que – através do poder que tinham de deixar registros para a memória – se tornam o centro da própria narrativa. Essa perspectiva está também contaminada por uma idéia de história linear e orientada em direção a um futuro infinito, perspectiva essa tributária de uma dada idéia de progresso: a idéia de progresso do pensamento positivista. Essa mesma perspectiva coloca em destaque quando se pensa a história a idéia de ruptura e não de processo.

Pensar a mudança é fundamental na operação historiográfica, mas a mudança deve ser concebida como parte de um processo, no qual estão envolvidos não apenas os grandes nomes, as grandes datas, os grandes feitos singulares, mas sobretudo os particularismos, as repetições, os vestígios, os restos que o passado legou ao presente. E, sobretudo, os anônimos.

Nesse sentido, escrever a história da imprensa não é, certamente, alinhar fatos e datas, nomes e mais nomes, nem destacar os personagens que se tornaram singulares na construção engendrada no passado para o futuro. Construções essas a maioria das vezes tributárias das estratégias de poder.

Assim, genericamente designados como estudos de história da imprensa têm proliferado reflexões que se limitam a reportar o aparecimento e o desaparecimento de periódicos, quando muito correlacionando esses fatos com o momento social e político vivido. Há ainda pesquisas que procura interpretar fenômenos jornalísticos datados a luz de análises estruturais, semiológicas, construtivistas. Não se pode esquecer também as pesquisas que procuram ver os jornais ou os meios de comunicação de maneira geral como portadores de uma mensagem ou de uma ideologia, sem considerar muitas vezes as influências culturais dessa produção junto aos leitores e nem as condições de produção desses impressos.

Há múltiplas formas de fazer história e há variadas maneiras de se debruçar sobre o passado: ou se acredita que os fatos do passado de fato ocorreram daquela forma e que fazer história é trazer o passado para o presente, tal como ele se deu; ou se acredita que o passado está irremediavelmente perdido nas fimbrias de seu próprio tempo e o que fazemos hoje, ao nos referir ao passado, é mera interpretação baseada em nossas memórias, vivências, expectativas, posições políticas. Ou seja, falando do passado como uma espécie de pretexto para se referir sobretudo ao presente.

É neste sentido que o passado serve para iluminar o presente: não para nos fornecer ensinamentos, para que não cometamos os mesmos erros (outra forma de perceber a história), mas como um lugar imaginário de onde tiramos inspiração, buscamos fontes, escutamos personagens – os mortos -, para falar daquilo que hoje seria importante para a reflexão e, a partir dela, para a mudança.

Assim, construir uma história da imprensa é fazer o mesmo movimento que se produz para a “escrita da história”, seja qual for o objeto empírico pesquisado. É perceber a história como um processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos, silêncios que dizem mais do que qualquer forma de expressão, e que na maioria das vezes não foram deixados para o futuro. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios, identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política.

Se esse é o parâmetro mais genérico a que podemos nos referir e que nos induz a considerar no trabalho de escritura da história, sempre, as categorias, tempo, espaço e grupos sociais, quando se fala particularmente de uma história da imprensa, há que se considerar a noção de sistema que é o cerne mesmo das relações comunicacionais. Assim, falar em história da imprensa é falar em processos comunicacionais e das intrincadas relações que se desenvolvem em torno desse sistema de comunicação.

Esse sistema deve considerar aquilo que Robert Darnton conceitua como o circuito da comunicação, isto é, o percurso que se faz e que vai dos produtores do texto às formas de apropriação diferenciadas das mensagens pelo público. Falar em história da imprensa é, portanto, se reportar ao que se produziu, de que forma, ao como se produziu, para quem se produziu e que conseqüências trouxe essa produção para a sociedade. É se referir, igualmente, a forma como o público reagiu àquelas mensagens e perceber de que forma realizaram leituras ou interpretações plurais. Formas de leituras, formas de apropriação, interpretações plurais de sentido.

### **História da Imprensa como história cultural**

Estamos, portanto, inserindo a produção de uma história da imprensa dentro de um campo claramente configurado e que se denomina história cultural. Difícil de ser definida, sendo muitas vezes confundida com história das idéias ou dos pensadores ou outras vezes com história das práticas culturais, a história cultural deve, na definição de Roger Chartier (1990), identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma dada realidade é construída, pensada e dada a ler.

Quando enfatiza a expressão “dada a ler”, Chartier coloca em relevo a questão da interpretação, fundamental na operação historiográfica. É preciso perceber que qualquer história é reinterpretação, reinvenção, reescritura. Não há possibilidade de recuperação do passado tal como ele se deu: o passado é inteligível nas fimbrias das narrativas que ele mesmo compôs. O que o historiador faz é um ato ficcional, não no sentido de que aquilo que descreve não tenha se dado, mas considerando sempre o grau de invenção, composição, interpretação, inserção do sujeito pesquisador que compõe a história a ser interpretada. Não há possibilidade de isenção diante de qualquer construção humana.

Ao trabalhar também com o recorte da história cultural, Robert Darnton (1990) propõe a realização de uma história social e cultural da comunicação impressa. Para ele, o estudo dos meios de comunicação no seu sentido histórico deve envolver todo o processo de sua construção e este movimento termina na interpretação dos leitores. Assim, ao escrever a história da imprensa é fundamental visualizar a invenção criadora do público no instante em que realizam o processo de recepção e também caracterizar práticas que se apropriam de modo diferente dos materiais que circulam em determinadas sociedades, identificando-se as diferenças.

Esta corrente de estudos não é nova. Desenvolvendo-se desde os anos 1960, sobretudo na Europa, esses historiadores, que se dedicam a perceber os processos de apropriação das mensagens e a partir daí construir uma dada história da imprensa ou do impresso, se preocupam sobretudo com a literatura popular e com o estudo do livro, tentando descobrir os modos de produção e consumo do livro ao longo de longos períodos de tempo.

Essa referência à temporalidade enseja uma explicação. A história não é feita de tempos breves e nem por saltos. A história é feita de tempos longos – a longa duração de Braudel ou a longuíssima duração dos continuadores de sua obra como Emmanuel Le Roy Ladurie – e essa temporalidade particular, construída também pelas permanências, enseja a que se visualize nos traços, mais do que nas marcas, para a decifração sempre de significados plurais.

Assim, fazer história da imprensa é estudar um *corpus* específico de textos ou de textualidades, considerando também a relação dos leitores com esses objetos culturais. A chave metodológica para este movimento é dada mais uma vez por Roger Chartier ao realizar aquilo que ele denomina história das práticas de leitura. Influenciado pelos autores da estética da recepção de efeito, Chartier introduz em suas análises não apenas a recepção do texto pelo leitor, mas o intervalo existente entre a produção do autor e a sua recepção pelo leitor, sito é, o trabalho de edição / impressão.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A concepção de Chartier difere da própria estética da recepção, que não considera em suas análises esse intervalo, postulando uma relação direta e imediata entre o texto e o leitor, entre os signos textuais usados pelo autor e o horizonte de expectativa daqueles aos quais ele se dirige. Cf. CHARTIER, Roger et alli. Les usages de l'imprimé (XV-XIX). Paris: Fayard, 1981. Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime. Paris: Editions du Seuil, 1987. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

Ao serem tributários de um movimento, que classifica a história como inserida nos limites da cultura, os historiadores materializaram a sua aproximação com outras disciplinas, movimento fundamental para a construção do campo da história ao longo do século XX. Buscando primeiramente a companhia da geografia, da economia, da sociologia, da antropologia, apenas para citar as aproximações mais recorrentes, filiaram-se posteriormente aos postulados da teoria literária e avançaram no sentido de considerar os textos produzidos pela história, como interpretações de segunda e por vezes de terceira natureza. Ficções verbais, ficções não no sentido de que nunca se deram, mas no sentido de se considerar o caráter fictício, ficcional, de invenção da narrativa, contido em qualquer relato. Existe, pois, a percepção de que em qualquer relato estão presentes diferentes formas de imaginação.

Longe, portanto, dos paradigmas do século XIX, que procuravam a verdade contida nos documentos e sonhavam com a interpretação correta do que realmente se dera, os historiadores passaram a ter a convicção de que fazer história é recriar o passado, não através de descrições estereotipadas e ideológicas, mas sobretudo reinterpretando esse passado. A renovação dos historiadores modernos deveu-se mesmo ao fato de recorrerem a outras disciplinas em busca de métodos e teorias que levassem a uma expansão e redefinição da própria historiografia tradicional, como já enfatizamos. E nos últimos anos esse mesmo movimento aponta para aquilo que os historiadores classificam como o retorno da narrativa<sup>2</sup>.

É preciso considerar, como enfatiza Dominique LaCapra (1983), que o passado tem suas próprias vozes e que historiador faz apenas uma releitura desse passado, através de reinterpretções onde está contido o elemento ficcional do presente.

A aproximação com a teoria literária tem fornecido também novos objetos aos historiadores. Formas comunicacionais impressas e história andaram tão próximas que alguns se atreveram a considerar a existência de uma "cultura do impresso", na sua relação com a sociedade, num dado período histórico<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup>Sobre os caminhos da história, cf. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1990; HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1992; GODOFFRE, G. (org.) *Certitudes et incertitudes de l'histoire*. Paris: PUF, 1987, entre dezenas de outros.

<sup>3</sup>São exemplos dessas pesquisas, os trabalhos de Roger Chartier sobre a literatura popular e uma série de autores filiados a Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales (EHESS). Estudando o livro, esses historiadores

Com um enfoque metodológico um pouco diversificado, Robert Darnton também estuda as correlações texto literário e difusão da informação. Visualizando de maneira ampla a abordagem de Darnton, podemos dizer que se preocupa em ver como as idéias eram transmitidas pelo impresso e como a palavra impressa afetou o comportamento dos leitores diretamente em contato com aqueles textos.

Para ele, o historiador precisa trabalhar com uma concepção mais ampla de literatura, de forma a considerar os homens e as mulheres em todas as atividades que tenham contato com as palavras. E mesmo os que restringirem a literatura à comunicação por meio da impressão, devem ampliar sua concepção, de modo a alcançar em suas análises os fabricantes do impresso, os distribuidores e os leitores<sup>4</sup>.

Recomendando uma colaboração estreita entre críticos literários e historiadores, uma vez que para ambos a leitura pode ser o central na análise, chama a atenção para o fato de os críticos cada vez mais tratarem a literatura como uma atividade e não apenas como um corpo estabelecido de textos. O significado de um texto não se encontra imobilizado em suas páginas mas é construído por seus leitores.

Também ao focar a cultura popular na Idade Média, também Nathalie Davis se detém naquilo que é definido como cultura do escrito.

Priorizando os elementos culturais sobre os de natureza sócio-econômica, a historiadora sofreu forte influência de uma gama de antropólogos simbólicos, notadamente Clifford Gertz, Mary Douglas, Arnold Van Gennep, entre outros. Davis admite que diversos eventos de natureza cultural (como festivais, tumultos ou charivaris) têm uma função e um significado específicos para os participantes e para a comunidade. Ao

---

tentaram descobrir o modelo geral da produção e consumo desses impressos em longos períodos de tempo. Outros autores em centros de estudos na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na Alemanha se dedicam a estudar os diferentes tipos de impressos. Como exemplo de abordagens sobre o tema, cf. CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. "Le livre, un changement de perspective". In: *Faire l'histoire*. Paris, 1974. Ver ainda Darnton, "Reding, writing and publishing in eighteenth-century France: a case study in the sociology of literature". In: *Studies on Voltaire and the eighteenth century*, 1976. Darnton chama a atenção para perguntas sobre quem lê, em que condições, em que momento, com que resultados, o que ligaria esse tipo de estudo à sociologia. Nesse sentido, os trabalhos de Paul Lazerfeld e Pierre Bourdieu se constituem em leituras obrigatórias. Ver especialmente BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Ed. Minuit, 1979.

<sup>4</sup>Darnton, *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. *Boêmia literária e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1987 e op. cit., 1990, especialmente parte III, Capítulo 8: "Os intermediários esquecidos da literatura", p. 132-145.

interpretar os padrões e significados simbólicos desses fenômenos culturais, o historiador pode revelar de que modo o sistema social se ajusta e como os seus participantes percebem a si próprios e ao mundo exterior<sup>5</sup>.

No que se refere à chamada "cultura do escrito", a impressão, para Davis, ao mesmo tempo que enriqueceu o repertório visual no campo, não modificou a confiança das comunidades rurais na tradição oral. Isso não quer dizer que os textos impressos não tenham afetado a vida popular a partir do século XVI, criando novos sistemas de comunicação e enriquecendo o cotidiano de camponeses e cidadãos. A apropriação oral do escrito - através da leitura em voz alta, por exemplo - se constitui em um elemento das relações sociais<sup>6</sup>.

A principal crítica que se faz a obra de Davis é o fato de ao enfatizar a coesão da comunidade e a força de sua legitimidade não considerar questões relativas à transformação, ao conflito e ao poder. Cabe ao historiador reintegrar o poder e o conflito na sua interpretação, sem perder de vista as conquistas obtidas a partir de visões notadamente antropológicas.

Assim, o que estamos propondo teórica e metodologicamente para a construção de uma história da imprensa é, em primeiro lugar, levar em conta as premissas da escrita da história<sup>7</sup> e em segundo lugar considerar as especificidades de estar se lidando com textos e textualidades.

Neste sentido, o modelo proposto por Robert Darnton para a construção de uma história social e cultural da comunicação impressa é primoroso. É preciso desvendar, quando se fala em história da imprensa, quem escrevia nesses jornais, como procuravam se popularizar - ou seja, que estratégias, apelos e valores esses veículos invocavam no seu discurso -, como funcionavam essas empresas e de que forma esses textos chegavam ao público. Percorrido esse caminho é preciso ver ainda como os leitores entendiam os sinais

---

<sup>5</sup>Sobre o problema das abordagens antropológicas ver por exemplo WALTERS, Ronald G. Social Research. Nova Iorque, 1980, n. 47 e FABIAN, Johannes. Time and the other: how anthropology makes its object. Nova Iorque: 1983, p. 151-156. BIRSACK, Aletta. "Saber local, história local: Geertz e além". In: Hunt (org.), op. cit., 1992.

<sup>6</sup>Poderíamos citar ainda inúmeros autores que vêm se preocupando direta ou indiretamente com a chamada cultura do impresso, com a relação do leitor com o texto e como esses textos afetaram a sociabilidade e as visões de mundo de seus leitores, tais como Carlos Ginzburg, Elizabeth Eisenstein, Jacy Godoy, entre dezenas de outros.

<sup>7</sup> Sobre a questão da escrita da história, ver sobretudo o clássico estudo de Michel De Certeau (1982).



na página impressa, quais eram os efeitos sociais dessa experiência<sup>8</sup>. Por outro lado, as inovações devem ser pensadas não apenas como circunstâncias de natureza política, econômica e tecnológica, mas sobretudo na relação direta com o público. Uma nova tecnologia pressupõe sempre uma recepção na sociedade, uma espera, muitas vezes anterior mesmo a emergência da própria tecnologia.

Por último gostaria de enfatizar um aspecto que pode ser altamente positivo para a pesquisa histórica: a imersão do pesquisador no seu objeto.

Longe de postular um distanciamento artificial, porque construído sobre parâmetros de uma idéia de ciência há muito tempo desconsiderada, o pesquisador deve se inserir no seu próprio relato. Isso porque em qualquer pesquisa está presente a subjetividade do sujeito que a constrói. Fazer história neste sentido é construir a nossa própria história.

Diante desses pressupostos, desses paradigmas, talvez nós – enquanto jornalistas – estejamos apenas, ao nos transformarmos em historiadores, falando de nossos sonhos e nossas esperanças e também – quem sabe – construído um lugar mais digno para a nossa própria atividade.

A história portanto não fala do passado, mas do presente, tal como a operação de memória. O que ela possibilita, apenas, é uma dada reconstrução desse passado, reconstrução essa feita através de um diálogo que nos ajuda, sobretudo, a entender melhor o presente. É isso que fazemos quando estamos imersos na história.

Essa, entretanto, é apenas uma dada visão de história, que ao nosso ver não precisa se esconder na cientificidade para se tornar aceita e respeitada. Por outro lado, com esta posição estamos aceitando também nossos limites, nossa imersão no objeto estudado, nossa humanidade ao fazer qualquer movimento, mesmo que seja o movimento em busca do conhecimento.

Gostaria de fechar essa fala referindo-me a dois autores particularmente caros para mim. O primeiro é o já citado Michel De Certeau e o segundo é o ainda não citado Paul Ricoeur.

---

<sup>8</sup>Darnton, op. cit., 1990, p. 112.

Na sua Escrita da História, Certeau diz que é fundamental sublinhar, ao fazer história, a singularidade de cada análise. Fazendo isso estamos questionando a possibilidade da sistematização totalizante e considerando como essencial a pluralidade de procedimentos que adotamos na operação historiográfica. Sublinha ainda que o que se produz ao fazer história é um discurso que “enquanto fala da história, está também situado na história”. Ou seja, o discurso que fala da história é ele mesmo histórico e produzido a partir de um contexto preciso.

Por outro lado, o que história faz, na verdade, é produzir uma escrita que exorciza a morte introduzindo-a no iuscurso, ao mesmo tempo em que possui uma função simbolizadora que permite a sociedade situar-se, dando-lhe um passo e assim abrindo espaço para o próprio passado (Certeau, 1986: 107). E na sua brilhante teorização Certeau continua: marcar um passado é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e utilizar a narratividade que enterra os mortos como um meio de estabelecer um lugar para os vivos.

Ajuntando a esta frase uma maravilhosa constatação de Paul Ricouer (2001) é preciso também perceber que o “passado tinha um futuro” e que nós somos o futuro desse passado. Assim, não nos cabe cobrar – baseando-nos em toda uma vivência posterior – ações desses homens do passado. Para eles, nós éramos o desconhecido, o futuro, o inteligível. E eles para nós – mortos que transformamos em vivos – continuarão sendo sempre o passado, o desconhecido, o inteligível.

A história, para nós, não fala do tempo de ontem, mas possibilita apenas a sua reconstrução. As fontes não são documentos reais que contém verdades. Dialogando com elas, para tão somente reconstruir o passado e, dessa forma, entender melhor o momento presente, estamos fazendo história. E estamos sobretudo falando de vida, por mais paradoxal que isso seja, pois estamos ao fazer história o tempo todo querendo exorcizar a morte.

#### **Referências Bibliográficas (excetuando as que já estão nas notas)**

- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DARNTON, R. O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

LA CAPRA, Domenique. Rethinking Intellectual History; Texts, Contexts, Language. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1983.

RICOEUR, Paul. “O passado tinha um futuro”. In: Morin, Edgar. A religação dos saberes. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.